

Declaração Política – Plenário de Junho de 2012

Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores

Desmantelamento das Funções do Estado na Região

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Ao longo dos últimos tempos temos assistido a um conjunto de episódios que deve preocupar todos os Açorianos.

Esta preocupação deriva do facto de se tratar de casos que interferem directamente com instituições de grande importância para a nossa Região, tanto pelo património histórico que representam, como pela relevância que continuam a ter nos Açores e, também, pelo facto de se tratar de matérias relacionadas como o dia-a-dia dos Açorianos, que têm, obviamente, direito a dispor de



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

serviços do Estado, pelo menos, nas mesmas condições de qualquer outro português.

Temos assistido a uma desresponsabilização do Governo da República sobre os serviços do Estado na Região.

A situação da Universidade dos Açores, a RTP/Açores, o novo mapa autárquico, o encerramento dos Serviços de Finanças da Calheta, os Tribunais da Povoação e Nordeste, o cabo de fibra óptica para o Grupo Ocidental ou o financiamento da formação dos elementos da Polícia de Segurança Pública nos Açores constituem alguns desses exemplos mais recentes da total desresponsabilização e insensibilidade do Governo da República relativamente a serviços que tem a obrigação de assegurar, respeitando e percebendo as nossas especificidades.

Parece que há uma vontade de alguns sectores do Governo da República de nos asfixiar financeiramente para nos condicionar ou enfraquecer politicamente.

Nós percebemos, naturalmente, o esforço de contenção e de equilíbrio das nossas contas públicas que tem de ser feito. Temos,



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

aliás, trabalhado, empenhada e activamente, para esse equilíbrio das contas do nosso país, o que tem sido reconhecido por varias instituições internacionais, em absoluto contraponto com o que se passa na outra Região Autónoma do nosso País.

Mas isso não pode ser feito a qualquer custo. As supostas reformas que estão a ser feitas não podem ser abordadas nos Açores da mesma forma que são abordadas no Continente ou até mesmo na Madeira.

Deve imperar o respeito e a compreensão pelas nossas especificidades e pelas dificuldades que daí resultam.

Nós não somos portugueses de segunda e exigimos o mesmo tratamento que qualquer outro português.

O Partido Socialista e o Governo Regional têm promovido sempre o diálogo institucional necessário e importante com o Governo da República. Independentemente do Partido que governa o país, sempre assim foi e sempre assim será com o Governo do Partido Socialista nos Açores. Mas não podemos aceitar esta vontade de

uma espécie de desmantelamento das funções de soberania que o Estado tem na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Os primeiros sinais chegaram pela boca do senhor Ministro Miguel Relvas com a teoria que a RTP/Açores custava demais ao Estado.

Perante isso, passou recentemente a uma mera “janela”, sem se ouvir os órgãos de governo próprio, sem se apresentar qualquer número que justificasse esta decisão, sem se explicar aos Açorianos ou mesmo aos trabalhadores os supostos méritos desta decisão unilateral e totalitária.

E assim, sem ser devidamente explicado ou sequer justificado, acaba-se com um canal de televisão, enquanto tal, e reduz-se a RTP/Açores a uma condição humilhante de “janela”.

Esta estratégia de desresponsabilização e insensibilidade do que deve ser o Estado nos Açores aplicou-se, também, à Universidade



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

dos Açores, deixada pelo Governo da República a uma situação de quase abandono, com redução de financiamento que nem teve em conta que esta instituição, pela sua necessária tripolaridade, não é igual às restantes instituições de Ensino Superior nacionais.

Também aqui não se quis perceber os Açores e a Autonomia. Não se fez o mínimo esforço para isso e teve de ser o Governo Regional a substituir-se ao Governo da República em significativos apoios aos investimentos.

Não deixamos cair o que é nosso e é importante para os Açores. Por isso, o Governo Regional está disposto a assegurar um financiamento, por via dos seus fundos comunitários, à Universidade dos Açores em mais 1,5 milhões de euros.

Esta não pode, porém, ser a regra. O Governo Regional não pode, nem deve, ser um substituto de tudo o que os centralistas de Lisboa acham que é despesismo e que consideram que os Açorianos podem muito bem prescindir.

Até já houve um senhor Ministro que, do alto do seu desconhecimento e desconsideração pela Autonomia, até queria



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

que fosse a Região a pagar a formação dos agentes da PSP que prestam serviço no arquipélago.

Esta postura é seguida também na reforma do mapa judiciário.

Se a anteproposta previa o encerramento do Tribunal do Nordeste, a proposta intercalar foi mais longe e até já quer o fecho dos Tribunais do Nordeste e Povoação.

Não é mais nem menos do que deixar toda a zona nascente de São Miguel sem qualquer acesso a serviços de Justiça, um dos pilares fundamentais do Estado de Direito e da vida colectiva de uma sociedade, numa decisão que é contraditória porque, por um lado não representa qualquer poupança significativa para o Estado, e, por outro, torna a Justiça menos célere e menos eficaz, precisamente o caminho oposto do que é necessário.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Também, recentemente, as Finanças da Calheta não escaparam à ânsia de encerramento de serviços, mesmo contra a vontade do povo e sem qualquer debate prévio e sem que a alegada poupança fique provada.

E não podemos deixar de referir que, aliado a este episódio do encerramento das finanças da Calheta, que repudiamos, foi lamentável ver o Presidente do Município local do PSD a tentar inverter o que estava bem evidente aos olhos do povo, que tinha garantias da candidata do PSD/Açores que, em Outubro, tudo se resolveria as custas do Orçamento Regional, quando é o seu próprio partido que manda encerrar o Serviço de Finanças.

Em política não vale tudo. Esta tentativa de ludibriar os Calhetenses e os Açorianos não é aceitável, mas é bem demonstrativa de uma postura caciqueira e irresponsável em alguns sectores deste partido, que envergonha a história do PSD.

Acreditamos que os Açorianos não se deixarão enganar.



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

A gravidade destes episódios é que todo este trabalho técnico é validado por Ministros sem qualquer sensibilidade para o que é viver nos Açores, que conhecem melhor o Canadá e Bruxelas do que as nossas ilhas, que desconhecem as competências dos Açores e que nunca leram o nosso Estatuto Político-Administrativo.

Estamos, assim, a viver um dos momentos mais altos do centralismo. Um centralismo que não é só de desrespeito pelas competências próprias dos órgãos de governo próprio, mas que estende os seus efeitos nefastos à vida dos Açorianos.

Limitar a emissão da RTP/Açores é enfraquecer um elo de ligação fundamental entre as nossas nove ilhas.

Sufocar financeiramente a Universidade é coarctar o funcionamento pleno de uma instituição essencial para a formação de quadros e de produção de conhecimento e inovação nos Açores.

Fechar Finanças e Tribunais é retirar o acesso às populações de serviços de proximidade do Estado, apenas com critérios



economicistas e com a total ausência de conhecimento geográfico e social da Região.

Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados

Os Açores estão, assim, a sofrer os efeitos de uma governação centralista, em que as colunas da despesa têm mais importância do que a vida e o bem-estar das pessoas.

É esta visão redutora e centralista que exige que todos os partidos se unam a uma só voz na defesa dos interesses dos Açorianos.

Não é aceitável que se esteja permanentemente a culpabilizar o passado recente da vida política nacional para não discutir, de forma séria, estas questões e para escamotear a responsabilidade partidária que se tem nestas medidas.

Não é aceitável apresentar propostas e mesmo iniciativas parlamentares que não propõem nada, não concretizam nada, são incipientes e servem, apenas, como manobras de diversão para



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

tentar enganar os Açorianos, para ficar bem perante o partido em Lisboa e para ser conivente e cúmplice dos interesses de Lisboa como, aliás, tem feito o PSD/Açores e a sua candidata às próximas eleições regionais.

As contradições e os silêncios cúmplices do PSD Açores têm sido bem evidentes, o que aliás não nos surpreende.

Recorde-se que a Dra. Berta Cabral foi a mandatária do Dr. Pedro Passos Coelho nas eleições internas do PSD e por isso uma convicta apoiante das suas políticas.

Em Maio de 2011, afirmava que “Pedro Passos Coelho é o Primeiro-Ministro que Portugal precisa e que os Açores merecem”. Como se os Açorianos merecessem todos estes cortes!

Desde então, não mostrou qualquer sinal de arrependimento por estas afirmações que são, diariamente, desmentidas pelo esvaziamento do Estado nos Açores e pelas duríssimas medidas que estão a tornar mais dura a vida dos açorianos.

Não bastam, assim, declarações de intenções, ou soluções avulsas apenas para controlo dos danos que Lisboa quer provocar.



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

Nenhum partido pode ir a eleições já em Outubro, apresentar propostas aos Açorianos e reivindicar os interesses da nossa Região, se não lutar contra este desmantelamento encetado pelo Governo da República, de forma séria e convicta, como aliás têm feito a maioria dos partidos com assento nesta casa e até, caso inédito nos partidos da coligação da República, o CDS-PP que apesar de integrar o governo tem tido, na maioria dos casos e até ao momento, a responsabilidade de afirmar os nossos interesses acima dos interesses partidários.

Pela parte do PS/Açores, estaremos sempre na primeira linha da denúncia e da luta contra estas injustiças nunca explicadas, nunca fundamentadas e sempre unilaterais.

Não podemos deixar que as mentes centralistas e os péssimos exemplos que o Governo da Madeira têm dado ao País possam servir de desculpa para abalar direitos conquistados por sucessivas gerações de açorianas e açorianos.

A defesa da nossa terra e dos nossos interesses é a nossa motivação primeira.



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

Neste desígnio não podem existir receios, recuos ou meias palavras.

Não se pode tentar passar pelos pingos da chuva.

Exige-se responsabilidade, firmeza e coragem na defesa dos nossos interesses.

É isso que faremos, em defesa dos Açores e dos nossos concidadãos.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de Junho 2012

Berto Messias

Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores